



III CINTEDI

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: DESAFIOS DA POLÍTICA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

Francisco Roberto Diniz Araújo

Universidade Nacional de Rosario - robertodinizeemd@hotmail.com

Amanda Rodrigues Gomes Lacerda

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN - mandinha.87@hotmail.com

Janaina Bezerra da Silva

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN - janaina_janna9@hotmail.com

Suelda Maracio da Silva Lopes

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN – sueldalopes@hotmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva realizar uma breve discussão sobre a emergência da educação inclusiva como possibilitadora de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade na educação regular. Apresentamos um olhar acerca do contexto de surgimento da Educação Inclusiva tanto no cenário internacional, quanto em nível de Brasil. A educação passa por diversas fases, e a sua compreensão acerca da necessidade de agregar pessoas e valores especiais para àqueles que precisam de carinho e atenção de uma maneira particular está aumentando. São variadas as propostas para os profissionais da educação lidar com a inclusão no ambiente educacional. Veremos como surgiu a ideia de uma Educação Inclusiva e a forma como deve ser pautada a sua aplicabilidade nas escolas, para tanto, tomamos por base a compreensão de alguns teóricos. As discussões deste trabalho nos levam a refletir acerca dos marcos básicos da educação inclusiva, e em se tratando dos princípios básicos da educação inclusiva, ressaltamos que promover a universalização do acesso à educação e uma maior atenção à diversidade se mostra elementos primordiais para que esta seja considerada uma verdadeira política de direitos humanos. Desta forma, tal como apontado nos discursos oficiais e pelos autores que subsidiaram nossas reflexões, podemos afirmar que os desafios da política de inclusão faz parte de um novo paradigma educacional e que não podem ser resolvidos com pequenos ajustes na escola ou por simples adaptações curriculares, mas por meio de políticas e projetos integrados e diferenciados, no qual os personagens atuem de forma ativa e não apenas como figurantes.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino-aprendizagem; Política de Inclusão.

Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de realizar uma breve discussão sobre a emergência da educação inclusiva como possibilitadora de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade na educação regular. Uma educação de qualidade e que busque a equidade social para os sujeitos que são marginalizados das diferentes oportunidades presentes na nossa sociedade. Para atingir satisfatoriamente o referente objetivo almejado nessa discussão, foi feita uma pesquisa

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

bibliográfica, que veio ao encontro dos anseios do trabalho que aqui se concretiza, seja no que compete ao campo teórico, prático ou das possibilidades metodológicas de se efetivar um trabalho que vise à educação inclusiva dos diferentes sujeitos.

A exclusão social nas diferentes instâncias da sociedade é um tema que vem sendo cada vez mais debatido nos diferentes espaços de discussões que temos conhecimento na pós-modernidade, de modo que essa questão, requer que pensemos na educação inclusiva como possibilitadora de superar tal problema que abarca grande parte da nossa sociedade, bem como de diferentes lugares do mundo.

Pensar numa educação de qualidade, requer que compreendamos os diferentes fatores que dizem respeito as atribuições necessárias as diversas dimensões que compõem a organização das instituições de ensino nos diferentes níveis, de modo que leve em conta as particularidades dos sujeitos marginalizados ao longo desse processo, bem como possibilitando o resgate de valores culturais e sociais dos diferentes grupos. Vemos isso conforme cita a Declaração de Salamanca (1994, p.8-9):

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

A educação inclusiva vem como possibilidade de efetivar o exposto acima, de modo que por muito tempo, esta se restringiu a ser realizada de forma paralela a educação regular, porém, com os diferentes debates em torno da temática, a educação inclusiva veio sendo redimensionada ao longo do tempo, ao ponto que passou a atuar diretamente junto ao ensino regular das instituições dos diferentes níveis. Essa foi uma grande conquista da educação inclusiva, um trabalho que acontece imerso na educação regular, tendo como apoio o atendimento educacional especializado, pelo qual objetivam-se oferecer um trabalho de qualidade e condizente com as especificidades dos diferentes sujeitos.

Sendo assim, propomos nesse trabalho, um olhar panorâmico em torno dos debates que tem permeado a educação inclusiva, de modo que a discussão vem desencadeando um grande número de políticas públicas, que são pensadas para se efetivar o que é almejado em relação aos trabalhos educacionais em torno da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs). Sabendo disso, o processo de inclusão necessita ser visto como de grande relevância para a

realidade que temos presenciado desde muito tempo até hoje, ao ponto que abarca uma série de sujeitos que são excluídos das diferentes instâncias da nossa sociedade, dando ênfase ao respeito à diversidade e atribuindo maior valor a necessidade de direitos de todos e participação social nas diferentes esferas da sociedade contemporânea.

Metodologia

Tendo em vista o objetivo previamente pensado para o referente artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em torno do tema, como forma de se obter maior ênfase na discussão atual da temática em meio à realidade que se tem vivenciado. A pesquisa bibliográfica é “[...] aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno” (GONÇALVES, 2001, p.65).

Sabe-se que a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador uma série de caminhos para o seu trabalho, de modo que é notório que esta se concebe como de grande relevância para as metas que se deseja alcançar, de modo que possibilita ao pesquisador um leque de informações a respeito do tema em estudo, pela qual se pode consultar diferentes obras e autores, ou seja, contribuindo, assim, para a qualidade final do seu trabalho.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gonçalves (2001), é o momento em que o pesquisador faz um levantamento de boa parte do conhecimento disponibilizado sobre o tema, de modo a possibilitar ao pesquisador outras teorias elaboradas por diferentes autores, de diversos lugares do mundo, podendo, assim, analisar e avaliar as contribuições dos mesmos em relação a explicação do seu objeto de estudo. Nessa perspectiva,

[...] trata-se do levantamento de [...] bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações (MARCONI; LAKATOS, 2001, p.43-44).

A pesquisa bibliográfica possibilita, assim, um trabalho mais significativo e de qualidade, sem romper com os objetivos que são elaborados no início do processo, de modo que permite outro olhar mediante um determinado objeto, tendo a possibilidade de compreender de diferentes ângulos

os pontos de vista de um grande número de teóricos estudiosos e pesquisadores do assunto, e conseqüentemente, fazendo com que possamos construir nosso próprio posicionamento diante do tema.

Resultados e Discussão

Desde meados dos anos de 1980 e 1990, dá-se início no contexto interacional a um movimento composto por profissionais, pais e pessoas com deficiência, que lutam contra a ideia de que a educação especial – mesmo que seja colocada em prática junto com a integração escolar –, esteve reservada em um mundo a parte, dedicada à atenção de um número reduzido de alunos qualificados como deficientes ou com necessidades educacionais especiais.

Neste sentido, vale destacar como um passo importante, um movimento que surge nos Estados Unidos, denominado “Regular Education Initiative” (REI), cujo objetivo era a inclusão na escola comum das crianças com alguma deficiência. De acordo com Sánchez (2005, p.8), os trabalhos dos principais expoentes, Stainback & Stainback (1989); Wang & Walberg (1987), delineavam a necessidade de unificar a educação especial e regular num único sistema educativo, criticando a ineficácia da educação especial.

Brotava assim, pela primeira vez, uma defesa muito importante à prevalência de um único sistema educativo para todos. O REI luta pela reestruturação da educação especial, pelo desaparecimento da educação compensatória e pela recuperação, pelo fato de tantos alunos estarem imersos simplesmente por pertencer a um grupo étnico minoritário. Sabe-se que “Um amplo excesso de representação das minorias na educação especial sugere um aspecto racista da continuidade de programas separados” (VILLA E THOUSAND apud SÁNCHEZ 2005, p.8).

Desta forma, a proposta do REI é clara: todos os alunos, sem exceção, devem estar escolarizados na classe de ensino regular, e receber uma educação eficaz nessas classes. As separações por causa da língua, do gênero, ou do grupo étnico minoritário, deveriam ser mínimas e requerer reflexões. O REI defende a necessidade de reformar a educação geral e especial para que se constitua como um recurso de maior alcance para todos os alunos.

Aparece no final dos anos 80 e princípios dos 90, como continuação desse movimento no contexto americano, e do movimento de integração escolar em outras partes do mundo, o movimento da inclusão. De acordo com Sánchez (2005, p.8) entre suas principais vozes encontram-se Fulcher (1989) e Slee (1991) na Austrália; Barton (1988), Booth (1988) e Tomlinson (1982) no

Reino Unido; Ballard (1990) na Nova Zelândia; Carrier (1983) em Nova Guiné; e Biklen (1989), Heshusius (1989) e Sktirc (1991a) na América do Norte. Na Espanha, ainda que um pouco mais tarde, cabe destacar os trabalhos de Arnaiz (1996), García Pastor (1993) & Ortiz (1996). Estes autores manifestam sua insatisfação pela trajetória da integração. Eles questionam o tratamento dado aos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino em muitos países.

Os sistemas de ensino, mergulhados em um modelo médico de avaliação, seguiam considerando as dificuldades de aprendizagem como consequência do déficit do aluno, evitando questionamentos, tais como: por que fracassam as escolas na hora de educar a determinados alunos? Ante esta circunstância, propõem um novo delineamento do conceito de necessidades educacionais especiais e a necessidade de uma mudança de paradigma.

Desta maneira, reconhecem que as dificuldades que experimentam alguns alunos no sistema de ensino, são o resultado de determinadas formas de organizar as escolas e as formas de ensinar delineadas por elas. O interesse nesses temas está provocando a revisão de numerosos sistemas educacionais, que, por consequência, implementaram ações condizentes, como fazer o possível para que a educação chegue a todos os alunos em contextos regulares e não segregados. Isto tem fomentado o surgimento e a defesa da chamada educação inclusiva, que coloca em juízo de valor, por um lado, o pensamento existente sobre as necessidades educacionais especiais, e, por outro lado, estabelece uma forte crítica às práticas da educação em geral.

Esta nova orientação assume um caráter internacional. Cabe destacar o importante trabalho que estão realizando os organismos como o UNICEF e a UNESCO em prol de que a educação chegue a todas as crianças em idade escolar. Isto pode ser comprovado no grande número de ações e reuniões internacionais que têm sido convocadas para conseguir chamar a atenção do mundo a este respeito. Dentre essas reuniões, destacasse a Convenção dos Direitos da Criança realizada em Nova York em 1989; a Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtiem (Tailândia) em 1990; a Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais”, desenvolvida em Salamanca (Espanha), no ano de 1994; e, a mais recente no ano de 2000, acontecida em Akar (Senegal), com o título de “Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos”. Talvez, entre todas essas conferências caiba destacar aqui a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, de 1994, em Salamanca, por ser a que de maneira mais decisiva e explicitamente contribuiu para impulsionar a Educação Inclusiva em todo o mundo.

Nessa conferência participaram noventa e dois governos e vinte cinco organizações internacionais, que reconheceram a necessidade e urgência de que o ensino chegasse a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no âmbito da escola regular.

Com este fim, os especialistas ali reunidos estabeleceram um plano de ação cujo princípio norteador, mostrava que as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. A partir daí, as escolas se encontram frente ao desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com êxito a todas as crianças, inclusive àquelas que têm deficiências graves.

Além disso, planeja-se que as escolas devem ser comunidades que atendam a todos, já que as diferenças humanas são naturais, diga-se existem, havendo, porém, a necessidade de adaptar a aprendizagem a cada criança (TIERNEY apud SÁNCHEZ 2005, p.10). Nessa perspectiva, esta Declaração proclama que:

- Todas as crianças têm direito à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- cada criança tem características, interesses, capacidade e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;
- os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em contato as diferentes características e necessidades;
- as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns;
- as escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos.

Por parte da Organização das Nações Unidas, ao longo de todos os anos tem se mantido a posição em defesa dos mais desfavorecidos. Isto tem contribuído notavelmente para o reconhecimento dos direitos humanos e dos princípios de igualdade e equidade. Uma das posições mais notáveis nos últimos tempos foi eleger o ano de 1996 como Ano Internacional contra a Exclusão – decisão tomada na Conferência dos Direitos da Criança no século XXI, realizada neste mesmo ano em Salamanca.

O “Informe à UNESCO”, realizado pela Comissão Internacional, sobre a Educação para o século XXI, presidido por Delors (1996), segue essa mesma linha de argumentação. Estabelece que

a educação deve chegar a todos, e com este fim determina dois objetivos: transmitir um volume cada vez maior de conhecimentos teóricos e técnicos, e definir orientações que podem ser desenvolvidas em projetos de desenvolvimento individual e coletivo.

A partir desses estudos e documentos, chegou-se à conclusão de que a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais alunos é uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno. Uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças. Essa é a Educação Inclusiva.

Segundo Gil (2005, p.27), no Brasil, há definições médicas sobre o que é a deficiência. É importante que todos conheçam, para saber como lidar com as particularidades destes alunos. Como podemos ver abaixo:

Deficiência física: Alteração completa ou parcial dos membros superiores (braços) e/ou inferiores (pernas), acarretando o comprometimento da função física. Ter uma deficiência física não significa ter um rebaixamento intelectual. Muitas pessoas fazem esta confusão. É importante saber fazer esta diferença para não ignorar o potencial deste aluno. Geralmente, com algumas adaptações ele conseguirá acompanhar os colegas.

Deficiência auditiva: Perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis, desde uma perda leve até a perda total da audição. Pode-se trabalhar com os resíduos auditivos nas atividades educacionais, através do uso de aparelhos auditivos, que amplificam o som da sala de aula.

Deficiência visual: abrange desde a cegueira até a visão subnormal (ou baixa visão), que é uma diminuição significativa da capacidade de enxergar, com redução portante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades. Logo que a deficiência é constatada, existem técnicas para trabalhar o resíduo visual nas atividades educacionais, na vida cotidiana e no lazer. Usando auxílios ópticos como (óculos, lupas, etc) as pessoas com baixa visão distinguem vultos, a claridade, ou objetos a pouca distância. A visão se apresenta embaçada, diminuída, restrita em seu campo visual ou prejudicada de algum modo.

Deficiência mental: Segundo a definição adotada pela AAMR (American Association of Mental Retardation – Associação Americana de Deficiência Mental), a deficiência mental é um “funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, coexistindo com limitações relativas a duas ou mais das seguintes áreas de habilidades adaptativas: comunicação, auto-cuidado,

habilidades sociais, participação familiar e comunitária, autonomia, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, de lazer e trabalho. Manifestasse antes dos dezoito anos de idade.” O aluno com deficiência mental tem um potencial, que pode ser estimulado na sala de aula e através do convívio com outros alunos. Muitas pessoas confundem a deficiência mental com a doença mental (esquizofrenia, paranóias e outras), o que não é correto. São fenômenos completamente diferentes. A pessoa com deficiência mental não tem surtos, não tem ataques e não tem convulsões. É perfeitamente possível conviver com ela.

Deficiência múltipla: É a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam conseqüências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa
Surdo cegueira: É uma deficiência única que apresenta as deficiências auditiva e visual juntas em diferentes graus. A pessoa surdo cega pode desenvolver diferentes formas de comunicação para entender e interagir com as pessoas, com o meio ambiente e ter acesso a informações e a uma vida social com qualidade. Para sua autonomia, a pessoa surdo cega precisa de um guia-intérprete para sua orientação e mobilidade, educação e trabalho.

A educação inclusiva é um processo que abrange a inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem de sujeitos presentes na rede comum de ensino em todos os seus graus. De acordo com Mrech (S/A, p.2), através da educação inclusiva a escola é privilegiada com vários projetos, que passam por diferentes aspectos pertinentes ao âmbito das instituições de ensino.

Inicialmente, há um direcionamento para a comunidade, ou seja, na escola inclusiva o processo educativo é compreendido como um processo social, no qual todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito á escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade.

O segundo aspecto é a vanguarda, pois uma escola inclusiva é uma escola que apresenta características de liderança em relação às demais escolas. A escola inclusiva apresenta-se como vanguarda do processo educacional. A sua finalidade é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para permitir uma maior integração das crianças que dela fazem parte.

O terceiro aspecto são os altos padrões que há em relação às escolas inclusivas, altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças envolvidas. A intenção é fazer com que as crianças atinjam seu potencial máximo. E o processo se dá em doses de maneira que atenda às

necessidades de cada criança, haja vista, que cada uma tem as suas particularidades. Como nos afirma Sánchez (2005), tudo passa pela questão da colaboração e cooperação, pois há um planejamento das relações sociais entre todos os participantes da escola, já que a proposta é possibilitar que seja montada uma rede de autoajuda, na qual, todos interagem para o bom funcionamento do ambiente.

É importante frisar que, na escola inclusiva se mudam os papéis que por hora são comuns nas escolas tradicionais, pois toda a equipe técnica, o pessoal de apoio e os professores, se tornam mais próximos dos alunos, na intenção de captar as suas dificuldades, e neste sentido, o suporte aos professores da classe comum é primordial para o bom funcionamento do processo de ensino-aprendizagem.

A escola inclusiva requer o estabelecimento de uma infraestrutura de serviços, pois, de maneira gradativa, a escola inclusiva vai criando uma rede de apoio, de suporte para a superação de suas maiores dificuldades. A escola inclusiva é uma escola integrada a sua comunidade. E neste ponto, é imprescindível a figura e a total colaboração dos pais, já que eles são parceiros fundamentais no processo de inclusão das crianças na escola, tendo essa que ser um ambiente propício para o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

As estratégias de trabalho no ambiente escolar devem ser pautadas em pesquisas, pois, as mudanças que precisam ser realizadas neste espaço necessitam ser tomadas de acordo com discussões entre a equipe técnica, alunos, pais e professores. O estabelecimento de novas maneiras de avaliação deve ser alterado conforme as necessidades dos alunos portadores de deficiência. Como, também, o acesso ao espaço físico da escola deve ser facilitado, colaborando assim, a circulação dos portadores de deficiência naquele ambiente.

Para um bom funcionamento de todos os aspectos acima expostos, é essencial que a equipe técnica esteja em constante processo de formação continuada, pois, assim permite que todos estejam atualizados com as novas diretrizes e parâmetros propostos para este nível especial de educação.

No que compete aos aspectos de qualidade, as características essenciais, na perspectiva de Ballard (1997) são: a não discriminação das deficiências, da cultura e do gênero. Já que todos os alunos têm o mesmo direito a ter acesso a um currículo culturalmente valioso e em tempo completo, como pertencentes a uma classe escolar de acordo com a sua idade, como membros e sem que haja nenhum nível de exceção. A educação inclusiva enfatiza a diversidade e não a semelhança. Sendo assim, é importante que se tenha um movimento a favor da educação inclusiva, que ofereça uma

visão estrutural e cultural necessárias para que se comece a reconstruir a educação pública de acordo com as condições históricas do século XXI.

Apesar das leis que garantem o direito dos alunos com deficiência à educação, sabemos que boa parte de todas as crianças e todos os adolescentes que estão fora da escola são meninos e meninas com deficiência. Em outras palavras, o Brasil só vai conseguir colocar todas as crianças na escola quando a educação for de fato inclusiva e a escola for realmente de qualidade para todos.

Vemos assim, que a Educação Inclusiva não é uma moda passageira. Ela é o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores de diferentes lugares do Brasil e do mundo. Fruto, também, de um contexto histórico em que se resgata a Educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos. Isto acontece quando se preconiza, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), uma sociedade mais justa, em que valores fundamentais são resgatados como a igualdade de direitos e o combate a qualquer forma de discriminação, pois, percebeu-se que as escolas estavam ferindo estes direitos, tendo em vista os altos índices de exclusão escolar; populações mais pobres; pessoas com deficiência, dentre outros, estavam sendo, cada vez mais marginalizadas do processo educacional.

Conclusões

As discussões deste trabalho, nos levam a refletir acerca dos marcos básicos da educação inclusiva, como, também, as concepções sobre a implementação dessa política e o papel da escola nesta conjuntura. Em se tratando dos princípios básicos da educação inclusiva, ressaltamos que promover a universalização do acesso à educação e uma maior atenção à diversidade, são elementos primordiais para que a mesma seja considerada uma política de direitos humanos e um direito à igualdade.

Nas escolas que lidam com crianças portadoras de necessidades especiais, a educação inclusiva é considerada um processo social, em que todas as crianças têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal, não se trata de excluir uma criança para incluir outra mas, de fazer com as crianças interajam com toda a comunidade. Todas as crianças possuem o mesmo direito de ter acesso a um currículo culturalmente valioso e em tempo completo, como sujeitos de uma classe escolar e de acordo com sua idade. A educação inclusiva ressalta a diversidade mais que a semelhança.

Na escola inclusiva, todos os sujeitos atuam em parceria para que as crianças deem o melhor do seu potencial, para que se sintam partes integrantes da escola. A mudança na escola não é, portanto, uma simples exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem. Mas, para alcançar a autonomia intelectual e da própria moral até onde seja viável conquistá-la, no sentido de abrir um leque de possibilidades no âmbito da atividade humana, é essencial que todos os educadores e gestores participem da caminhada do saber com seus educandos.

Neste sentido, para que um trabalho com as diferenças não tenha um efeito negativo, é importante abrir mão de paradigmas e ir em busca de ideias. Faz-se necessário repensar as práticas que se vinculam as atividades do professor, pois, estas têm que estar ligadas numa proposta pedagógica, num plano de ensino e numa atuação democrática visando a maior participação da comunidade.

Torna-se importante que toda a sociedade e os profissionais do meio escolar, tenham uma concepção no sentido de aceitar na sua escola a inclusão da diversidade humana, para que todos se humanizem cada vez mais no decorrer do seu desenvolvimento familiar, educativo, cultural e socioeconômico.

Precisamos de práticas e estratégias de inclusão que estejam de acordo com a realidade de cada particularidade dos sujeitos, de cada necessidade especial, que facilite a integração de todos como participantes ativos diretos da sociedade. A escola é de fato, o espaço mais concreto dessa realidade positiva para a inclusão de pessoas com necessidades especiais, que carecem de uma maior atenção por parte dos governantes e de toda a comunidade, pois, elas são tão capazes quanto nós de exercer o direito de ser um verdadeiro cidadão.

Desta forma, tal como apontado nos discursos oficiais e pelos autores que subsidiaram nossas reflexões, podemos afirmar que os desafios da política de inclusão faz parte de um novo paradigma educacional e que não podem ser resolvidos com pequenos ajustes na escola ou por simples adaptações curriculares, mas por meio de políticas e projetos integrados e diferenciados, no qual os personagens atuem de forma ativa e não apenas como figurantes.

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração Universal dos Direitos do Homem. Artigo I E III.** Disponível em < http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> acesso em 13 de Setembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

GIL, Marta. **Educação** Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso? Disponível em: http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.html. Acesso em 08 de outubro de 2014.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação a pesquisa científica**. ed. Alínea: Campinas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MERCH. Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva**. Disponível em <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/1-o-que-e-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em 03 de outubro de 2014.

SÁNCHEZ. Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **INCLUSÃO** - Revista da Educação Especial - Out/2005. Disponível em: <https://institutoconsciencia.websiteseuro.com/pdf/aee/revistainclusao1.pdf#page=7>, Acesso em 06 de outubro de 2014.